



LIMA, R. P.; AYRES, A. R.; BARTHOLO JR., R. S. Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: O caso da Praia do Sono. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: OBSTUR/UFPR: UNIVERSIDADE POSITIVO, 2009. 1 CD-ROM

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA SOB A PERSPECTIVA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO: O CASO DA PRAIA DO SONO

ROBSON PEREIRA DE LIMA

Universidade Federal do Rio de Janeiro – robson@pep.ufrj.br

ANDREIA RIBEIRO AYRES

Universidade Federal do Rio de Janeiro – ayres@pep.ufrj.br

ROBERTO BARTHOLO

Universidade Federal do Rio de Janeiro – bartholo@pep.ufrj.br

RESUMO

Este artigo apresenta alguns princípios de Turismo de Base Comunitária e seus espaços de convergência com a teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento que permitem a análise da experiência de turismo na Praia do Sono, distrito de Paraty, no Rio de Janeiro.

Para tanto, inicialmente apresentar-se-á abordagens de autores de referência no campo de estudo do turismo comunitário para, em seguida, tratar da teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento que constituirá os fundamentos para a análise do destino turístico selecionado para estudo.

A experiência de Turismo de Base Comunitária aqui abordada apresenta aspectos que requerem cautela na sua análise já que se trata de um grupo social pertencente a um contexto complexo de relações sociais e institucionais e que reconhecem o turismo como o seu principal sítio de pertencimento.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária, Sítio Simbólico de Pertencimento, Diálogo, Praia do Sono.

ABSTRACT

This article presents some principles of community-based tourism and its areas of convergence with the theory of Symbolic Sites of Belonging to enable the analysis of the experience of tourism in Praia do Sono, district of Paraty, in Rio de Janeiro.

Thus, initially it will present approaches to authors of reference in the field of study of the tourism community and then deal with the theory of Symbolic Sites of Belonging that constitute the basis for the analysis of the destination selected for study.

The experience of Community Based Tourism presented here addressed issues that require caution in its analysis because it is a social group belonging to a complex context of social relations and institutions which recognize tourism as its principal place of belonging.

Keywords: Community Based Tourism, Symbolic Site of Belonging, Dialogue, Praia do Sono.

INTRODUÇÃO

Turismo de Base Comunitária – TBC - é um dos títulos adotados por estudiosos e por agentes interessados pelo desenvolvimento desse tipo de turismo, como forma de mostrar o protagonismo de comunidades na promoção de atividades que podem melhorar suas condições de vida.

A evolução e o crescimento do TBC foram sendo intensificados na medida em que o modelo de desenvolvimento sócio-econômico predominante no Século XX passou a apresentar sinais incontestáveis de inconsistência, em função da sua lógica de exploração de recursos naturais e humanos e no consumo de bens duráveis e não duráveis. Os discursos em defesa da necessidade de mudanças de paradigmas econômicos, sociais e políticos se avolumaram significativamente a partir de meados do século passado.

Num contexto de transformações políticas, econômicas e sociais vivenciadas em fins dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado, países como o Brasil puderam verificar um crescimento das atividades turísticas exploradas por grupos sociais de pequenas localidades como uma possibilidade de ampliação dos acessos aos bens de consumo e aos serviços que não lhes eram prestados a contento.

A história do desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais no Brasil é marcada de muitos conflitos e tornou pública uma série de questões que foram ignoradas por aqueles que reconhecem no turismo apenas mais um segmento de mercado, em que o turista deve desempenhar o papel de consumidor, sem se importar com as implicações culturais e tradicionais do povo anfitrião.

Um dos conflitos mais marcante do desenvolvimento do turismo em comunidades é oriundo da posse e uso da terra por parte de agentes externos à localidade, já que em diversas comunidades a questão espacial e territorial era ignorada por se tratar de um bem comum de uso coletivo e não de uma mercadoria dotada de um valor fictício e passível de ser negociada.

O estudo das iniciativas de TBC implica em reflexões que vão além das referentes aos aspectos da relação visitante-anfitrião, que estão relacionadas ao interesse de agentes, externos ou não, que vislumbram o exercício de novos modos de relação e de organização social. Da mesma maneira, o TBC é alvo de instituições que reconhecem nesse campo oportunidades de desenvolverem novos meios para geração de renda e de melhorar as condições de vida da comunidade. Além disso, as propostas de desenvolvimento do TBC podem fazer parte de um movimento de concepção, estruturação e de exercício de um sistema novo de relações humanas e institucionais que visem superar as deficiências do modelo de desenvolvimento sócio-econômico vigente no mundo.

É a partir da perspectiva do TBC e considerando que o desenvolvimento do turismo na Praia do Sono é um caso clássico de desenvolvimento da atividade turística de forma conflituosa que o artigo abordará a Praia do Sono como um potencial latente para o desenvolvimento do TBC. A análise aqui desenvolvida está baseada na pesquisa realizada nessa localidade no âmbito do projeto *Utilização de Indicadores de Sustentabilidade na Análise de Destinos Turísticos*, desenvolvida por pesquisadores do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS, da COPPE/UFRJ, e financiada pelo CNPq.

A metodologia aplicada na pesquisa apoiou-se em entrevistas semi-estruturadas com atores sociais daquela localidade e agentes envolvidos no processo de desenvolvimento turístico, seja através de instituições governamentais ou privadas. De forma complementar, os pesquisadores registraram suas observações diretas sobre diferentes aspectos de relevância para a análise pretendida.

A coleta de informações no campo foi precedida por pesquisa detalhada dos dados disponíveis na literatura e bases de dados diversas sobre o destino escolhido.

Os atores foram escolhidos por amostragem intencional e foram representativos dos seguintes grupos: a) governamental estadual – Fundação Instituto Estadual de Florestas do Estado do Rio de Janeiro (IEF/RJ); b) governamental federal – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; c) sociedade civil organizada – Associação de Moradores da Praia do Sono e Associação Cairuçu; d) lideranças locais.

A leitura desse caso será feita a partir da aproximação dos princípios do TBC com a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento. Essa visão, desenvolvida pelo pensador marroquino, Hassan Zaoual, professor de Economia e diretor do *Groupe de Recherche sur les Économies Locales-GREL*, contesta os princípios do sistema econômico vigente e sugere a necessidade de uma postura crítica daqueles que reconhecem a fragilidade dos postulados da economia capitalista clássica e vislumbram cenários diversos de relações sócio-econômicas.

Portanto, submeter o TBC ao crivo analítico da *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento* significa aceitar o enfrentamento da complexidade que as relações sociais inspiram sem sucumbir ao erro do reducionismo e da superficialidade das questões tratadas aqui. Por outro lado, o super dimensionamento de determinados aspectos deve ser evitado nesse trabalho para não acarretar distorções no foco do estudo.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Nas próximas linhas estarão sendo apresentados alguns princípios do Turismo de Base Comunitária - TBC - apontados por autores que são referências no campo de estudo do turismo. Dentre eles, destacam-se, inicialmente, os de Luzia Coriolano (2003) que vinculam as atividades turísticas em comunidades ao desenvolvimento humano:

Voltar o desenvolvimento para a escala humana e o turismo para benefício local significa adotar políticas que possam ocasionar trabalho e ocupação para todos, tanto quanto atuar no campo da proteção social, e de programas emergenciais quando necessários; mas requer, sobretudo, o homem no centro do poder, de forma que possa promover a sua realização. (CORIOLANO, 2003, p. 30)

A autora aponta que o turismo comunitário, ou de base local, pode atender aos imperativos do mundo do trabalho e às expectativas de bem-estar social de determinadas localidades, sem incorrer na submissão incondicional dos princípios econômicos da geração de lucro e do consumo de bens e serviços.

A perspectiva da autora para o desenvolvimento do TBC passa necessariamente pelo aprimoramento e pela ampliação dos processos educacionais que reconhecem o homem como protagonista do seu processo de aprendizagem; como ela diz: *“Toda e qualquer mudança e habilitação do homem passam pela educação.”* (CORIOLANO, 2003, p. 31)

A idéia que ela esboça sobre um turismo desenvolvido *em e por* comunidades aponta indícios do potencial para inovações desse tipo de turismo:

As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a metamorfose social deriva dessa outra idéia simples de que é mediante a invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento. (CORIOLANO, 2003, p. 33-34)

A atuação do homem como protagonista no desenvolvimento da vida comunitária se dá por meio da liberdade de participar espontaneamente dos processos de tomada de decisão, que implica responsabilização pelo cenário futuro desenhado e definido como objetivo a ser alcançado. Esse exercício, quando desejado por um número significativo de membros comunitários, resulta no fortalecimento político e institucional do grupo social.

De forma resumida, a autora descreve o TBC da seguinte maneira:

O turismo desenvolvido pelas comunidades litorâneas do Ceará vem sendo chamado de turismo comunitário porque requer o envolvimento de todos, considera os direitos e deveres individuais e coletivos e elaboram um processo de planejamento participativo, desde as tomadas de decisões até a execução das atividades turísticas. É realizado na escala humana. Desenvolve a gestão participativa, na qual a maioria dos atores social de uma comunidade se envolve de forma direta e/ou indireta com as atividades desenvolvidas neste lugar, tendo em vista a melhoria da comunidade e de cada um dos participantes. (CORIOLANO, 2003, p. 41)

O reconhecimento do TBC como uma possibilidade de desenvolvimento social e dele, conforme nos apontou a autora, requerer a participação de todos os

membros comunitários induz à reflexão sobre o exercício de poder que se faz presente nas relações comunitárias e no processo de desenvolvimento do turismo.

E, para tratar dessa questão, será referenciado aqui o trabalho do professor de turismo da Universidade da Tasmânia, Trevor Sofield, de título *Empowerment for Sustainable Tourism Development*, no qual o autor trata de forma esclarecedora os conceitos e teorias sobre empoderamento e suas implicações no campo do turismo.

O autor se apóia em trabalhos como o de Jacobsen e Cohen (1986) para ressaltar o aspecto significativo da distinção entre recursos de poder e poder potencial. Ele faz esta distinção a partir de cinco temas ou modelos de referência de poder social e político, encontrados nos campos da antropologia, sociologia e na ciência política: modelo baseado na reputação; na posição do detentor de poder; na habilidade para tomada de decisão; no exercício de controle em organizações (excluindo as relações interpessoais) e baseado no acesso a recursos.

A perspectiva desses autores reconhece que nenhum desses modelos aborda o exercício de poder em coletividades sociais de forma adequada e, então, propõem uma integração desses modelos. Para tanto, faz-se o esclarecimento do que são recursos de poder e poder potencial porque, segundo eles:

Isso é necessário para explicar por que o poder potencial é traduzido em ações em algumas situações e em outras não; por que grupos relativamente pobres em recursos de poder podem, em determinados momentos, impor seu poder sobre outros que tem maior dotação desses recursos; e, por outro lado, por que `coletividades sociais com recursos abundantes encontram-se às vezes impotentes e a mercê de grupos com recursos muito mais modestos`. (JACOBSEN e COHEN, 1986 *apud* SOFIELD, 2003, p. 72)

Há, por parte do autor, o reconhecimento que o modelo hegemônico de exercício de poder, num determinado contexto, pode ser enfrentado por um grupo de interesse público mais fraco. Entretanto, caso essa batalha se dê estritamente no campo econômico, os mais fracos certamente serão vencidos. Neste caso, estes últimos deverão ser capazes de levarem sua causa para as arenas públicas e políticas, para um ambiente de moral mais elevada. E, caso percebam que seu descontentamento pode ter repercussão mais abrangente, poderão reverter o eixo de poder mobilizando e articulando outros agentes e se fortalecendo politicamente.

A análise de Sofield sobre empoderamento e desenvolvimento do turismo chama a atenção para o empenho por indução promovido sobre algumas comunidades para a sua aceitação dos benefícios do turismo enquanto se despende pouco esforço para o empoderamento delas para que possam tomar suas próprias decisões. (SOFIELD, 2003, pp. 100-101)

A análise do trabalho de Sofield permite o reconhecimento das dificuldades de se verificar uma participação equânime de cidadãos num processo de tomada de decisão, em função dos diferentes níveis, tipos e formas de exercício de poder. Além da grande responsabilidade que as instâncias de governo têm por tal questão por fazerem uso de seu poder para tomar decisões e manipular informações que poderiam apontar implicações sobre comunidades.

Na perspectiva analítica do autor, o processo de empoderamento pode ser compreendido como o desenvolvimento do indivíduo, de uma comunidade e de unidades institucionais mais amplas na medida em que se verifique o exercício de liberdade, independência e de soberania. Assim, sua tese evidencia seus aspectos comuns aos da autora Luzia Coriolano para o desenvolvimento do turismo comunitário.

Mais uma vez, pode-se reconhecer o contexto de desenvolvimento do turismo como um ambiente multidimensional em que o empoderamento de uma comunidade é caracterizado pela convergência de vários fatores: atuação de agentes/especialistas externos ao contexto local; interesse da comunidade para aprender e decidir sobre suas escolhas; capacidade de implementação das decisões comunitárias; responsabilização pelos resultados positivos ou não das opções feitas.

O reconhecimento da importância do diálogo para o desenvolvimento do turismo em comunidades foi tratado no trabalho da pesquisadora Simone Rocha, em que a autora aponta o exercício de princípios cooperativos e colaborativos e a sinalização de interesses políticos e sociais como condutas que fundamentam as possibilidades de afirmação da identidade comunitária no processo de desenvolvimento do turismo para atender às necessidades locais e evitar práticas predatórias. (ROCHA, 2003, p. 44)

Um aspecto da atividade turística de destaque no trabalho de Rocha (2003) é a dimensão social que em contextos de desigualdades sociais significativas, como verificável em diversas regiões do Brasil, apresenta o exercício de solidariedade como uma conduta que se sobrepõe à perspectiva de geração de trabalho e renda, dada a restrição desta para a promoção da equidade e justiça social almejadas pelas populações socialmente vulneráveis.

O turismo vivenciado em comunidades tem em sua essência o que a autora chamou de “ecoturismo comunitário” (ROCHA, 2003, p. 51). Trata-se de uma associação indissolúvel de fatores culturais com elementos do ambiente que se expressa na relação entre visitante e anfitriões. Ou seja, uma relação de proximidade em que a população local se beneficia da sua permeabilidade para incorporar na sua cultura os elementos que ela identifica como fatores de enriquecimento cultural.

Numa perspectiva antropológica filosófica, Rocha (2003) vislumbra tratar o turismo de base comunitária como um conjunto de ações que requerem uma conduta ética e que privilegiam os aspectos culturais de comunidades sem anular os aspectos econômicos, fundamentando estes últimos com valores humanitários e culturais.

A autora aborda as questões comunitárias baseando-se na obra de Martin Buber¹ que condiciona a constituição de uma comunidade, fundamentalmente, no exercício das relações pessoais que ele chamou de relações de tipo EU-TU, sem desconsiderar os elementos técnicos, os interesses e a afirmação de poderes presentes no contexto comunitário. Nesta perspectiva, a comunidade deve ser capaz de criar novos modos de vida que atendam às vontades endógenas, anulando as forças externas na medida em que estas não atendam suas necessidades e desejos. Como a autora aponta:

A comunidade, habitualmente, não se expressa de maneira uniforme e inequívoca quanto à tarefa e ao destino provocados pela situação, em seu interior desmembram-se grupos com interpretações e soluções diferentes,

¹ Filósofo, escritor e pedagogo de origem austríaca que na primeira metade do Século XX dedicou-se aos estudos de diferentes áreas do conhecimento – filosofia, filologia, germanística, filologia clássica, história da literatura, psiquiatria e economia. Sua perspectiva filosófica deu ênfase à necessidade do exercício do diálogo e da comunicação como condição de existência do ente humano. A obra prima de Buber, *Eu e Tu*, publicada em 1923, consolidou toda sua filosofia ensaiada nos outros escritos seus.

todos, porém, uma vez que têm uma base cultural comum, reivindicam autenticidade. (ROCHA, 2003, p. 76)

Dessa forma, cabe à comunidade decidir que turismo pretende desenvolver em seu meio, quais são os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento dessa atividade, quais os mecanismos e os instrumentos que ela escolherá para percorrer tais caminhos, quais elementos está disposta a negociar, em fim, atuar como soberana para o desenvolvimento do seu meio de vida.

A perspectiva apontada por Rocha, fundamentada por Buber, viola as fronteiras sociológicas para afirmar o sentido de comunidade como um compromisso a ser pactuado entre turistas e anfitriões e vivido por meio de relações de diálogo, como um caminho de enriquecimento humano considerando que *“não é negada a possibilidade de interferência entre as culturas, mas que ela aconteça em equidade na afirmação de identidades.”* (ROCHA, 2003, p. 79)

O TBC NA PERSPECTIVA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO

A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento tem como pano de fundo comum a crítica ao modelo único de desenvolvimento pautado exclusivamente pelo núcleo duro da perspectiva econômica, onde o mercado, e apenas ele, dita as regras e a dinâmica das relações “pessoais” e institucionais, o *como fazer e por que fazer*. Esta teoria, portanto, procura dar respostas alternativas ao modelo único de desenvolvimento a partir de um novo paradigma, conforme se verá em seguida.

Uma civilização da diversidade, diz Zaoual (2003, p.21-22), para ser efetivada requer o fim da atual hegemonia de categorias econômicas, mecanicistas e excludentes. Isso implica a afirmação de um novo paradigma plural capaz de romper com o “centro nervoso do paradigma do mercado” (ZAOUAL, 2003, p.19). Para tanto é urgente um redirecionamento de valores integradores do poder público, das iniciativas da sociedade civil e de parte do mercado, sendo imprescindível que as novas regulações tomem como um valor mais alto os vínculos dos cidadãos e dos seus territórios locais – seus espaços vividos.

A teoria dos sítios pode ser entendida a partir da percepção dos limites do paradigma hegemônico da ciência econômica. Ela ousa propor caminhos alternativos de conhecimento e intervenção na realidade, que considerem as

especificidades situacionais locais e o enraizamento das atividades econômicas no complexo de dimensões da condição humana, com destaque para a interseção valorativa, simbólica e dialogal do processo de desenvolvimento.

Dessa forma, a teoria dos sítios questiona as concepções estritamente econômicas que não levam em consideração a complexidade, a diversidade e as contingências dos contextos dos atores da situação. Ou seja, Zaoaul (2008, p.2) propõe que estes atores e as diversas dimensões da vida humana, e não apenas a dimensão econômica, estejam no centro das atenções para quaisquer propostas de conhecimento e intervenção na realidade. É a partir desta proposição que o autor destaca a importância do senso comum compartilhado pelos atores, o qual revela o sistema de valores e representações de um determinado sítio.

Segundo Zaoual (2003, p.54-55), o conceito de sítio é flexível e pode ser aplicado em múltiplas escalas e organização – bairro, cidade, região, localidade, tribo, etnia, comunidade de origem diversa, país, cultura, civilização, profissão, empresa ou organização etc -, as quais podem se combinar e formar um macrosítio, contendo uma pluralidade de sítios. O sítio integra, assimila e se sobrepõe a toda contribuição vinda de fora.

O sítio, como espaço vivido, é cada vez mais único e singular e, ao mesmo tempo, universal, uma vez que está aberto à diversidade local, regional, nacional e mundial. Essas escalas são mescladas. A restituição das práticas humanas não remete ao culturalismo estático e nem ao economicismo precipitado. Em seu funcionamento cotidiano, o sítio impede tanto o retraimento quanto a abertura cega. (ZAOUAL, 2003, p.95)

Este conceito procura interpretar os mecanismos de adaptação e de evolução. Por ser dinâmica e situacional, a teoria dos sítios tem por horizonte a constituição de novos saberes e formas de ação que considerem as contingências qualitativas de cada meio, a diversidade dos contextos da ação dos agentes econômicos, contrapondo-se ao reino da produtividade, da concorrência irrestrita, da quantidade e das certezas do passado. Portanto, o sítio é o lugar onde as crenças e práticas se ajustam às circunstâncias locais e contrariam a lógica exclusiva do mercado.

São os fatos da vida do homem concreto, diz Zaoual (2003, p.53), que apontam para necessidade de uma abordagem transdisciplinar e intercultural que

abarque as diversas dimensões da vida vivida. Estas dimensões articuladas pela teoria dos sítios são expressas pelo autor em sua referência à pedagogia das três caixas (ZAOUAL, p.7, 2008). A caixa preta de um sítio refere-se às influências sofridas e/o adotadas pelos seus atores, dos mitos fundadores às crenças, revelações e revoluções. A caixa conceitual refere-se aos conhecimentos, ao saber social que orienta sua prática. A caixa de ferramentas refere-se à prática, às técnicas, ao saber-fazer que estaria interligado ao saber ser.

Ao considerar as diversas dimensões humanas, Zaoual propõe o conceito de *homo situs*. Este seria capaz de englobar e enriquecer o tipo-ideal do *homo oeconomicus*.

Como sugere a sua teoria, o *homo situs* é intérprete da situação, ele o é de modo imediato e ao longo da dinâmica da situação. É o homem social, pensando e agindo em dada situação. E ele é tudo isso transmitindo o significado do momento, o de sua situação com todo o peso do passado e da mudança que se impõe. É então em múltiplas contingências que exerce o seu comportamento. Contrariamente ao *homo oeconomicus*, o *homo situs* é, logo, um homem comunicando-se com seu meio. (ZAOUAL, 2003, p.29-30)

A perspectiva do homem situado aponta uma crítica aos recortes disciplinares e prega uma rebelião acadêmica por uma plasticidade cognitiva, transdisciplinar e intercultural, apta a dar conta da diversidade de situações concretas com as quais se depara nas ações cotidianas. Zaoual faz, entretanto, a seguinte ressalva:

Assim como os conhecimentos de um lugar ou de uma prática não são totalmente independentes das crenças compartilhadas e das trajetórias das sociedades concretas interessadas, a própria idéia de um modelo transdisciplinar único pareceria, por sua vez, ilusória se os conhecimentos e o saber não fossem moldados no sítio considerado. (ZAOUAL, 2003, p.54)

Portanto, a emergência do *homo situs* requer uma plasticidade cognitiva que implica a necessidade de um novo conceito: a racionalidade situada. A racionalidade situada é “uma construção social transformável que se ajusta continuamente aos dados do lugar, da situação, em sua dinâmica.” (ZAOUAL, 2003, p.58) Nela está implícita a necessidade de uma relação vinculante entre teoria e realidade.

A apreensão dos eventos do mundo pela perspectiva do homem situado o diferencia e qualifica a pensar um caminho próprio, a partir de sua percepção lhe é possível romper com o monopólio heterônomo do sentido. Por meio de sua

capacidade de se situar lhe é possível definir “os verdadeiros problemas e soluções em um real esforço de inovação local.” (ZAOUAL, 2003, p.75) E, desta forma, adquirir capacidades endógenas de autonomia de juízo crítico como suporte para um processo de desenvolvimento econômico situado e criativo.

O crescimento e o desempenho econômico estão, cada vez mais, em correlação com o conhecimento e a criatividade. Com a recomposição dinâmica da dotação dos fatores de produção, tornam-se primordiais as condições favoráveis à ancoragem cultural e institucional em territórios propícios à inovação. (ZAOUAL, 2003, p.75)

A teoria dos sítios, proposta por Zaoual, afirma a pluralidade apoiada na interdisciplinaridade e na interculturalidade. Dar sentido à coordenação e à atuação dos atores da sociedade civil requer afirmar seus vínculos com espaços vividos. A racionalidade situada se constrói localmente (*in situ*), e o *homo situs* tem no seu enraizamento, numa localidade determinada, a condição de possibilidade para o exercício de sua liberdade e criatividade. Ambas são cerceadas por uma ditadura do saber desenraizado imposta por especialistas que procuram manter seu domínio nos processos de tomada de decisão.

Apresentada a abordagem da teoria dos sítios simbólicos, pode-se destacar os elementos que passíveis de articulação desta teoria com o TBC. O primeiro aspecto a ser salientando é a percepção de que o TBC está referido a uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento que também extrapola o núcleo duro da abordagem econômica. Isto fica evidente tanto em Coriolano (2003) quanto em Rocha (2003). Coriolano (2003) vincula as atividades turísticas em comunidades à geração de emprego e renda, mas dentro do leque maior do desenvolvimento humano e de modo a atender às expectativas de bem-estar social. Rocha (2003), por sua vez, também não nega a abordagem econômica da atividade turística, mas chama atenção para os limites da perspectiva da geração de emprego e renda para a promoção da equidade e justiça social em contextos de extrema vulnerabilidade.

Esta leitura do TBC nos remete à proposição do paradigma plural e da racionalidade situada da teoria dos sítios, já que se abre o leque da proposição de desenvolvimento atrelada à atividade do turismo. Abertura que comporta a abordagem de Rocha (2003) quanto ao exercício de princípios cooperativos e colaborativos, dos interesses políticos e sociais como condutas que fundamentam a

identidade comunitária no processo de desenvolvimento do turismo para atender às necessidades locais e evitar práticas predatórias. Entende-se que a abordagem de Rocha pode ser complementada pela afirmativa de Coriolano (2003) quanto ao necessário aprimoramento de processos educacionais que coloque o homem como protagonista. Este, ampliado para os interesses do sítio, coloca os atores da comunidade em questão como protagonista no processo de decisão que atenda as necessidades locais.

Trata-se, por conseguinte, dar vez e voz a novos saberes, a partir do senso comum compartilhado pelos atores envolvidos e mais aptos em definir seus problemas e soluções devido a sua capacidade de se situar, logo, de propor caminhos alternativos para intervenção na realidade do seu lugar. Ou seja, atrela a possibilidade de caminhos alternativos de conhecimento e intervenção na realidade às especificidades situacionais locais e ao enraizamento das atividades econômicas nas diversas dimensões da condição humana que abarque aspectos valorativos, simbólicos e dialogais.

O diálogo no processo de desenvolvimento do turismo, conforme aponta Rocha (2003), pode ser referido às diversas instâncias que envolvem a atividade turística - poder público, das iniciativas da sociedade civil e de parte do mercado - para o estabelecimento de novas regulações. Na abordagem da teoria dos sítios, esta necessidade de diálogo pode ser reafirmada se considerar-se a porosidade e a multiplicidade de sítio no macro sítio. Entretanto, cabe ressaltar a questão do empoderamento da comunidade, que deve ser buscada, para que esta faça parte efetivamente do processo de tomada de decisão, conforme aponta Sofield (2003), devido a sua fragilidade diante do confronto com a esfera econômica ou, até mesmo, com a manipulação de informações por parte instâncias de governo.

Portanto, pode-se reconhecer que na abordagem do TBC os atores da comunidade carregam a dimensão do *homo situs*, que abarca a dimensão do *homo oeconomicus*, uma vez que as atividades turísticas que podem ser desenvolvidas no âmbito de iniciativas de TBC comportam outras dimensões da condição humana, ainda que seja atividade econômica. Ao considerar a diversidade de dimensões da vida de uma comunidade, ousa-se aqui afirmar que o TBC é um campo fértil para

inovações e, portanto, capaz de abrir caminho para novos modos de desenvolvimento que não se limita à lógica exclusiva do mercado e do núcleo duro da economia.

O TURISMO NA PRAIA DO SONO: UM POTENCIAL LATENTE DE TBC

A Praia do Sono é uma localidade da Reserva Ecológica da Juatinga - REJ, área protegida criada pelo decreto estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992, com o objetivo de preservar o ecossistema local, composto por remanescentes florestais de Mata Atlântica, restingas, manguezais e costões rochosos, além de tentar preservar a típica cultura caiçara. A REJ está localizada no extremo sul do Estado do Rio de Janeiro, no Município de Paraty, e faz parte da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. A região possui elevada biodiversidade originária da Mata Atlântica, abrigando aproximadamente 10.000 espécies de plantas e, também, vasta e rica fauna continental e marinha. Além disso, a REJ acolhe doze núcleos de populações tradicionais distribuídos ao longo do litoral.

Nas últimas décadas, a comunidade da Praia do Sono passou a receber um fluxo crescente de turistas, fato que tem acarretado significativas transformações nos aspectos sócio-econômicos, histórico-culturais, ambientais, espaciais/territoriais e político-institucionais.

A emergência de novos atores e interesses sobre a REJ vem alterando profundamente os rumos das relações político-institucionais e da própria trajetória social dos habitantes locais. O turismo vem se desenvolvendo rapidamente, provocando diversas mudanças nas relações de trabalho e na realidade espacial, da mesma forma como a delimitação das áreas de conservação tem influenciado o modo de vida local, tradicionalmente baseado na pesca e na agricultura de subsistência.

É importante ressaltar a forma de participação da população caiçara nos Conselhos da APA Cairuçu e da REJ. Em 2005, o Conselho da APA Cairuçu foi reestruturado e tem se reunido com relativa freqüência. No processo de reestruturação, foram dedicadas 24 vagas para as comunidades, inclusive para representantes da Praia do Sono. Contudo, a representação da população local está

deficiente em função dos conflitos identificados na pesquisa, decorrentes da legitimidade dessa representação.

Novos modos de relações sociais vêm se estabelecendo entre os nativos e os agentes externos que possuem os mais variados interesses sobre a localidade. Nesse sentido, reconhece-se como de grande relevância a análise dessas transformações a partir da perspectiva teórica apresentada nos itens anteriores.

Os princípios apresentados até aqui possibilitam uma análise dos conflitos decorrentes do desenvolvimento econômico da Praia do Sono e do uso da terra por parte dos seus habitantes, já que se trata de um modo de vida que, embora apresente vários aspectos de solidariedade, cooperação e coletivismo, desperta também preocupação com respeito à vulnerabilidade das atividades tradicionais, do meio ambiente e do contexto político-institucional na qual se encontra.

No contexto de vida caiçara, podia-se notar o exercício da solidariedade como importante fator de equilíbrio social. Embora a atividade agrícola fosse essencialmente individual e familiar, as trocas e empréstimos de produtos não se davam num mercado monetarizado e a prestação de serviços e outras atividades laborais podiam ocorrer sob a forma de mutirão. Todo esse dinamismo proporcionava uma distribuição relativamente eqüitativa de produtos das culturas tradicionais. (LTDS, 2006)

Um evento de grande impacto no cotidiano da comunidade da Praia do Sono foi o estabelecimento, na década de 70, de um grande empreendimento imobiliário de nome Condomínio Laranjeiras. Este passou a definir uma série de restrições aos membros daquela comunidade, dentre as quais se destaca o acesso pelo mar, já que o local mais seguro para o embarque de pessoas e mercadorias passou a ser de domínio do Condomínio.

Em detrimento aos obstáculos estabelecidos por este empreendimento, prevaleceu o sentido de pertencimento dos caiçaras da Praia do Sono que pode ser notado por meio do domínio das iniciativas turísticas desempenhado pelos moradores daquela localidade.

O processo de crescimento do turismo evidenciou a fragilidade daquela localidade e colocou em xeque a capacidade de gestão e articulação dos agentes

locais para garantir a manutenção dos empreendimentos turísticos sem que seja necessário o abandono das atividades tradicionais. Por outro lado, a atividade turística promovida pelos moradores da Praia do Sono evidencia que “*as características do homo situs dão à pessoa uma natureza fortemente híbrida na qual a astúcia, a estratégia, o desvio parcial ou total das normas estão presentes*”. (ZAOUAL, 2006, p.53)

Dessa forma, deve-se estar atento ao contexto complexo e vulnerável em que se dá a expansão dessa atividade por proporcionar um crescimento significativo do número de construções que, além de desprezarem o estilo arquitetônico caçara, acirram as disputas pela propriedade da terra numa Unidade de Conservação, que apenas tem previsto no seu Plano de Manejo o direito de usufruto do espaço territorial e não o partilhamento deste em propriedades privadas para fins mercantis.

Na perspectiva da geração de trabalho e renda, pode-se verificar que a renda auferida pelos empreendedores locais apóia-se em bases frágeis, embora venha proporcionando um bom nível de consumo de bens e serviços. Isto se deve ao fato de que as outras atividades tradicionais, as quais poderiam proporcionar um complemento de renda das pessoas, foram, quase na sua totalidade, abandonadas. Ou seja, é desprezado um potencial de geração de renda, principalmente, no período de baixa temporada.

O aspecto econômico que inspira maior preocupação, a partir do exercício da atividade turística na Praia do Sono, é a subordinação dos empreendimentos à lógica mercantil tradicional que têm fragilizado os espaços de intercâmbio de outra natureza e como o autor marroquino aponta:

A exagerada importância atribuída ao princípio da concorrência acaba limitando seu alcance geral. Correlativamente, o mercado não pode ser o único mecanismo de coordenação entre os homens. O dinamismo de uma economia e, também, o de uma sociedade – se fosse possível isolar a primeira da segunda – pressupõem a intervenção de outras modalidades de trocas, como a cooperação, cujas opções podem ser muito variadas. (ZAOUAL, 2006, p. 84)

A partir da perspectiva teórica adotada neste trabalho, pode-se afirmar que o nível de vulnerabilidade sócio-econômica da Praia do Sono é decorrente do predomínio do modelo *importado* de atividades turísticas, em detrimento dos hábitos

e das atividades tradicionais. Ou, conforme apontado pelo autor: “*Como todo organismo vivo, uma economia hiperespecializada sem criatividade endógena enfraquece a capacidade de adaptação à mudança e às incertezas*”. (ZAOUAL, 2006, p. 57)

Cabe observar também que, embora exista naquela localidade um nicho de atividades turísticas pautadas pela lógica mercantil que configuram um sítio simbólico de pertencimento, ele não é o único. Há na comunidade outros sítios caracterizados por atividades de outra ordem valorativa notáveis. Um exemplo de resistência de atividade tradicional é a pesca que respeita o ciclo natural de crescimento de cardumes de peixes típicos da região.

Embora, por um lado, ainda prevaleça nessa comunidade uma cautela com respeito à entrada de novos personagens na sua dinâmica social, por outro, verifica-se uma despreocupação com alguns aspectos da indústria do turismo de massa presentes nas atividades empreendidas, ou seja, a adoção, mesmo que não intencionada, de princípios que vão em direção contrária ao que se reconhece aqui como turismo de base comunitária.

Para fundamentar essa observação, recorre-se mais uma vez às palavras de Zaoual, através das quais pode-se notar sua preocupação com a importação de conhecimento por um determinado sítio de pertencimento:

A experiência mostra que toda tecnologia comprada sem discernimento induz uma série de mercados cativos (estudos, treinamento, equipamentos, máquinas e insumos) que mantém o meio receptor dentro de uma lógica cumulativa de importação. Na ausência de um esforço de inovação, os empréstimos criam dependência [...] Tal mecanismo inibe as capacidades de regeneração dos meios locais, o que impede sua própria experiência de aprendizagem. Assim, tudo acontece como se as transferências de conhecimento, materializados ou não, entretivessem a ignorância, por meio de mimetismo. (ZAOUAL, 2006, p. 57-58)

Para afirmar o potencial latente para o desenvolvimento do TBC na Praia do Sono reconhece-se a necessidade de identificar e de gerir os elementos que sustentam a relação conflituosa existente entre os agentes que têm interesses no modelo dos grandes empreendimentos imobiliários, os que zelam pelo uso comunitário da terra na Unidade de Conservação e os que propuseram o Plano de

Manejo vigente, indicando a necessidade de diálogo entre os diferentes entes envolvidos.

Destaca-se, também, o histórico, a herança e os valores da vida caiçara, que se configuram como mais um sítio desse macro sítio, Praia do Sono, que resiste por meio das atividades tradicionais, quase, mas ainda não extintas. Atividades que são fundamentais em função da característica sazonal do turismo.

De forma resumida, pode-se apontar também como um dos aspectos que desperta atenção no contexto de vida daquela comunidade, a existência de um histórico rico de aspectos culturais, comunitários e políticos que potencializam iniciativas no campo do turismo e que podem manter uma relação harmônica e equilibrada entre as diferentes dimensões do turismo: ambiental, espacial/territorial, social, econômica, histórica e cultural, e política e institucional.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou, a partir de um olhar multidisciplinar e com base em princípios ético-valorativos, analisar as iniciativas turísticas da Praia do Sono e suas implicações para o desenvolvimento social daquela comunidade caiçara. Este estudo também procurou avaliar a pertinência da fundamentação teórica de Hassan Zaoual na realidade encontrada, reconhecendo que o turismo experimentado na Praia do Sono configura um macrosítio de pertencimento com grande potencial para o exercício de modos inovadores de atividades turísticas de interesse comunitário.

Dessa forma, apontou-se indícios dos impactos positivos e negativos gerados pelo turismo na comunidade a partir do contato direto dos autores com o contexto abordado. A experiência da Praia do Sono foi significativa uma vez que o contexto histórico e o processo de desenvolvimento do turismo nessa área protegida trazem à tona questões complexas a serem levadas em consideração para a formulação de políticas de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

Este estudo constatou indícios de que o desenvolvimento social da comunidade abordada não tem implicações oriundas somente do turismo, mas entende-se que esta atividade contribui para o afloramento de questões preexistentes ao seu estabelecimento como atividade econômica. A ausência de valorização dos aspectos endógenos da comunidade caiçara da Praia do Sono

decorre de um modelo de turismo que ignora os hábitos desta população. O turismo apresenta-se como um vilão do desenvolvimento local e desempenha um papel significativo na transformação das condições de vida em direção oposta a de um cenário de equidade e justiça social.

Por outro lado, considerando-se a legitimidade das decisões dos membros comunitários como *homo situs*, não cabe a nenhum ente externo àquela comunidade forjar *qualquer* tipo e forma de sítios de pertencimento sob o pretexto de se desenvolver atividades turísticas que atendam as necessidades e expectativas somente de um determinado perfil de viajante.

Portanto, deve-se reconhecer que a composição o macrosítio, aqui abordado, é complexa, rica e está em constante transformação. Cabendo aos estudiosos e especialistas o estabelecimento de formas de diálogo que permitam o enriquecimento dos conhecimentos da comunidade e da academia.

Reconhece-se também a necessidade de um modelo endógeno de monitoramento e avaliação das atividades turísticas, com especial atenção para os aspectos relativos aos processos de participação, ao engajamento comunitário e às melhorias da qualidade de vida que considerem não apenas a capacidade de consumo e geração de trabalho e renda mais, também, as formas de relação entre visitante e anfitrião, que viabilize a troca espontânea de aspectos culturais, prezando pela valorização da cultura do sítio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORIOLOANO, L. N. e LIMA, L. C. (Orgs.) Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

JACOBSEN, C. e COHEN, A. The power of social collectivities: Towards an integrative conceptualization and operationalization. *British Journal of Sociology*, Volume 37, Número 1. 1986, pp. 106-121.

LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - LTDS.

Utilização de indicadores de sustentabilidade na análise de destinos turísticos. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2009.

MULGAN, G; TUCKER, S; ALI, R; SANDERS, B. Social innovation – What it is, why it matters and how it can be accelerated. London: Basingstoke Press, 2007.

PEARCE, P. L.; MOSCARDO, G.; ROSS, G. F. Tourism Community Relationships. Oxford: Pergamon, 1996.

PHILLS Jr., J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering Social Innovation. Stanford Social Innovation Review, pp. 33-43. Stanford: Leland Stanford Jr. University, 2008.

ROCHA, S. S. O turismo na Prainha do Canto Verde (CE): Comunidade e sustentabilidade. Dissertação de Mestrado, COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

SOFIELD, T. H. B. Empowerment for sustainable tourism development. Oxford: Pergamon, 2003.

STOECKL, N.; GREINER, R.; & MAYOCCHI, C. The community impacts of different types of visitors: an empirical investigation of tourism in North-west Queensland. Tourism Management, Volume 27, Issue 1, February 2006, Pages 97-112

ZAOUAL, H. Globalização e Diversidade Cultural. São Paulo: Editora Cortez. 2003.

_____. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

_____. Do Turismo de Massa ao Turismo Situado: quais as transições? Caderno Virtual de Turismo, vol.8 N 2, 2008.